



MARIELY GUILHERME PIMENTEL

**BIBLIOTECA BRAILLE JOSÉ ÁLVARES DE AZEVEDO: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

**GOIANIA
2024**



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC nº 1204/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização:

Nome completo do autor: Mariely Guilherme Pimentel

Título do trabalho: Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo: relato de experiência

2. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF.

Ciente e de acordo:

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA PEREIRA DOS SANTOS
Data: 26/07/2024 16:46:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIELY GUILHERME PIMENTEL
Data: 30/07/2024 11:01:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mariely Guilherme Pimentel
Discente

Data: 26 / julho / 2024

MARIELY GUILHERME PIMENTEL

BIBLIOTECA BRAILLE JOSÉ ÁLVARES DE AZEVEDO: RELATO DE
EXPERIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Informação e
Comunicação da Universidade Federal de
Goiás (FIC-UFG), como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia na modalidade EaD.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Pereira
dos Santos

GOIANIA
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistemas de Bibliotecas UFG.

Pimentel, Mariely Guilherme
Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo: relato de experiência
[manuscrito] / Mariely Guilherme Pimentel. - 2024.
23 f.

Orientador: Prof. Dr. Andréa Pereira dos Santos .
Trabalho Final de Curso (Especialização) - Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), , Goiânia, 2024.
Bibliografia.

1. deficiência visual . 2. biblioteca braile. 3. relato de
experiência. I. , Andréa Pereira dos Santos, orient. II. Título.

CDU 02



ATA DA SESSÃO DE DEFESA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e dois dias de julho de 2024, a partir das 09h00, foi realizada a sessão de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da discente Mariely Guilherme Pimentel com o título Biblioteca braile José Álvares de Azevedo: relato de experiência orientado pela professora Dra. Andrea Pereira dos Santos.

A Banca Examinadora foi composta pela profa. Dra. Keyla Rosa de Faria e pelo prof. Dr. Filipe Reis Dias de Jesus.

Às 10h00, a Banca Examinadora passou a julgamento, tendo a discente sido APROVADA.

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA PEREIRA DOS SANTOS
Data: 23/07/2024 11:03:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. _____

Dra. Andrea Pereira dos Santos

Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br KEYLA ROSA DE FARIA
Data: 23/07/2024 20:35:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. _____

Dra. Keyla Rosa de Faria (UFG)

Convidada

Documento assinado digitalmente
gov.br FILIPE REIS DIAS DE JESUS
Data: 23/07/2024 16:33:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. _____

Dr. Filipe Reis Dias de Jesus (UFG)

Convidado



BIBLIOTECA BRAILLE JOSÉ ÁLVARES DE AZEVEDO: RELATO DE EXPERIÊNCIA ¹

Mariely Guilherme Pimentel ²

RESUMO: Apresenta a Biblioteca Braille de Goiânia e faz um relato de experiência de uma bibliotecária com deficiência visual. Apresenta breve referencial teórico sobre o histórico da deficiência, em seguida traz alguns conceitos de deficiência visual, e por fim, a legislação referente a temática. Traz o histórico da Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo, para embasar uma análise das práticas de serviços realizado por outras unidades. Utilizou-se do relato de experiência, com abordagem qualitativa, e por instrumentos de pesquisa empregou o levantamento bibliográfico na base de dados da BRAPCI, e documental sobre a legislação que ampara os direitos da pessoa com deficiência. A partir do levantamento bibliográfico feito na base de dados BRAPCI foi possível verificar que as atividades desenvolvidas pela Biblioteca Braille de Goiânia se assemelham a outras experiências de outras unidades Brasil afora, e que tais produtos e serviços oferecidos às pessoas com deficiência são fatores importantes para a inclusão e o fortalecimento da cidadania desse público. Conclui-se que, pelo relato de experiência, as dificuldades enfrentadas e as conquistas vivenciada dentro e fora da instituição, trazendo a ela mais autonomia, aceitação e cidadania.

Palavras-chave: deficiência visual; biblioteca braile; relato de experiência.

ABSTRACT: It presents the Braille Library of Goiânia and presents the experience of a librarian with visual impairment. It presents a brief theoretical reference on the history of disability, then brings some concepts of visual impairment, and finally, the legislation relating to the topic. It brings the history of the José Álvares de Azevedo Braille Library, to support an analysis of service practices carried out by other units. An experience report was used, with a qualitative approach, and research instruments used a bibliographical survey in the BRAPCI database, and documents on the legislation that protects the rights of people with disabilities. From the bibliographical survey carried out in the BRAPCI database, it was possible to verify that the activities developed by the Goiânia Braille Library are similar to other experiences from other units throughout Brazil, and that such products and services offered to people with disabilities are important factors for the inclusion and strengthening the citizenship of this public. It is concluded that, through the experience report, the difficulties faced and the achievements experienced inside and outside the institution, bringing it more autonomy, acceptance and citizenship.

Keywords: visual impairment; braille library; experience report.

¹ Artigo apresentado ao curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás, orientado pela Prof.^a Dra. Andréa Pereira dos Santos, como requisito parcial para conclusão do curso.

² Pós-graduanda do curso de Especialização em Letramento Informacional: Educação para informação da Universidade Federal de Goiás. UFG. E-mail: mariely.pimentel@discente.ufg.br.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de um relato de experiência de uma deficiente visual que é usuária e bibliotecária da instituição estudada: Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo. A Biblioteca Braille tem como objetivo atender ao público com deficiência visual, permitindo assim, acesso à leitura e, consequente a cidadania. Enquanto usuária e bibliotecária da instituição a pesquisadora se depara, a todo momento, com desafios e com muitas experiências positivas e outros complexos para se lidar no dia a dia.

Diante disso, esse relato de experiência busca responder a seguinte **questão problema**: De que forma a Biblioteca Braille tem contribuído para o atendimento de pessoas com deficiência visual durante sua trajetória?

A proposta é falar da importância da leitura para as pessoas com deficiência visual, enfatizando a leitura em braille e as demais formas de leitura utilizada por esse grupo de pessoas, contar a história da instituição, e apontar a forma como a Biblioteca Braille atua no incentivo à leitura para as pessoas com esse tipo de deficiência.

Desse modo, parte-se do seguinte **objetivo geral**: Apresentar a Biblioteca Braille de Goiânia, e a sua relevância para às pessoas com deficiência visual. E por **objetivos específicos**: identificar na literatura a importância do estímulo à leitura para as pessoas com deficiência visual; descrever a biblioteca Braille de Goiânia desde sua origem, características e atividades desempenhada no dia a dia; relatar as formas de incentivo à leitura utilizadas pela biblioteca e o papel do bibliotecário nesse processo.

Ressalta-se a leitura como uma importante atividade para o desenvolvimento cognitivo e cultural das pessoas, por meio dela podemos adquirir conhecimento, ampliar o vocabulário, desenvolver a imaginação e a criatividade e também aprimorar a escrita e a comunicação. A leitura também pode ser prazerosa, proporcionando momentos de entretenimento e diversão, já para as pessoas com deficiência visual, a leitura é um instrumento de inclusão social e autonomia.

2 METODOLOGIA

Este artigo científico utiliza-se do relato de experiência para descrever a vivência pessoal e profissional da autora em uma biblioteca especializada para pessoas com deficiência visual. Para Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 63) o relato de experiência é uma “expressão escrita de vivências capaz de contribuir na produção

de conhecimento das diversas temáticas”.

Assim, este relato de experiência, quanto a natureza se caracteriza como pesquisa pura, ou seja, é aquela que “visa satisfazer o desejo de adquirir conhecimentos, sem que haja uma aplicação prática prevista” (Nunes, 2021, p. 10), com abordagem qualitativa. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos empregou o levantamento bibliográfico e documental. Este tipo de pesquisa se caracteriza pela utilização de materiais avulsos, que quando utilizados assume um caráter novo de fonte de consulta. Assim podemos entender por documento qualquer registro que possa ser utilizado como fonte de informação através da investigação e para realizar a pesquisa podemos utilizar diversos tipos de materiais.

Diante do exposto, apresenta-se a seguir os objetivos específicos e as ações realizadas para atingi-los.

- - **Objetivo específico:** identificar na literatura a importância do estímulo à leitura para as pessoas com deficiência visual;
 - Ação: realizar pesquisa bibliográfica, a fim de buscar materiais que tragam essas informações;
- - **Objetivo específico:** descrever a Biblioteca Braille de Goiânia desde sua origem, características e atividades desempenhada no dia a dia;
 - Ação: realizar levantamento documental;
- - **Objetivo específico:** relatar as formas de incentivo à leitura utilizadas pela biblioteca e o papel do bibliotecário nesse processo.
 - Ação: realizar a escrita do próprio relato de experiência.

2.1 Etapas da pesquisa

Por se tratar de um relato de experiência sobre a minha vivência profissional na Biblioteca Braille, as etapas da pesquisa devem perpassar pela pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente, abordarei a importância da leitura para as pessoas com deficiência visual e falarei também quem são essas pessoas; para isso utilizarei a pesquisa bibliográfica visando fundamentar o texto.

Depois, de acordo com a evolução do trabalho, passarei para a escrita Braille e as tecnologias usadas atualmente a fim de facilitar o acesso a leitura para essas pessoas. Em seguida trarei as bibliotecas contextualizando a formação de leitores e o papel do bibliotecário nesse processo de incentivo a leitura; nesse momento, inicio o

relato acerca da biblioteca Braille José Álvares de Azevedo em Goiânia e as formas utilizadas para incentivar a leitura em seus vários formatos; e por fim, mostrarei algumas formas de incentivo a leitura utilizada pela biblioteca, principalmente na época da pandemia da Covid-19.

3 DEFICIÊNCIA: HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

A deficiência passou por fases que foram desde a exclusão até a inclusão. Essa inclusão é fruto da busca por uma educação igualitária, como prevê a constituição. Para tanto é necessário que toda a sociedade se adeque às especificidades de cada deficiência, no sentido de buscar uma melhor inclusão. Segundo Lisboa (2020, p. 43) “A inclusão social é uma forma de garantir que os impactos negativos na vida da pessoa com deficiência e de sua família sejam prevenidos ou minorados.” A deficiência visual também passou por essas fases citadas a cima e a legislação veio para consolidar esses direitos. Assim, abordarei neste artigo o histórico da deficiência, a conceituação da deficiência visual e a legislação que embasa os direitos desse grupo de pessoas.

3.1 Deficiência: histórico

A deficiência encontra-se relacionada ao impedimento físico, sensorial e intelectual, podendo trazer ao indivíduo limitações para a realização de uma ou mais atividades em sua vida. Tal termo não deve ser usado de forma abstrata ou ampla, mas voltada para diversas situações enfrentadas pelas pessoas com deficiência; valorizando a sua individualidade e a sociedade em que vive e respeitando-as (Lisboa, 2020, p. 38). O termo pessoa com deficiência passou por inúmeras transformações ao longo de cada época em diferentes períodos históricos, por isso é importante compreender o correto emprego do termo a fim de se evitar o preconceito ao se referir a esse grupo.

A relação da sociedade com a pessoa com deficiência muda de cultura para cultura, refletindo crenças, valores e ideologias que, em um contexto de práticas sociais, estabelecem maneiras de relacionamentos entre esta e outras pessoas, com ou sem deficiência (Lopes, 2013 *apud* Lisboa 2020, p. 38).

No início o termo utilizado para se referir ao deficiente era portador de deficiência ou pessoa deficiente, este termo foi abandonado por sugerir que tal pessoa era inteiramente deficiente; depois surgiu o termo pessoa portadora de deficiência, ou seja, adicionou a pessoa antes da deficiência, porém o termo “portadora” mediava a pessoa e sua deficiência. Esse termo foi muito criticado pelo movimento pelas pessoas com deficiência porque segundo eles as pessoas não portam uma deficiência, como se fosse um objeto que pudessem carregar. Por volta da década de 1990, passou-se a usar a expressão pessoas com deficiência que valoriza o cidadão dando mais dignidade a realidade do deficiente. Atualmente é o termo utilizado para se referir a esse grupo. Há ainda outros termos usados hoje em dia como: inclusão social, acessibilidade, dignidade e igualdade. Porém o caminho para se chegar a esse reconhecimento foi longo e ainda está em curso; as pessoas com deficiência foram vistas com desprezo pela sociedade sendo submetida ao confinamento pela família e a exclusão, essa visão ainda encontra em processo de desconstrução.

No contexto histórico as primeiras ações ocorreram no século XIX com a criação do hospital para tratamento de alienado no Rio de Janeiro; vale ressaltar que nessa época as pessoas com deficiência eram vistas pela sociedade como aleijado e incapaz. Mais tarde foi criado Instituto Imperial dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant, também no Rio de Janeiro. O desenvolvimento da educação e da inclusão social foi marcado com a vinda do brasileiro José Álvares de Azevedo que após estudo em Paris na França apresentou o sistema Braille a Dom Pedro e desencadeou diversas mudanças na educação dos cegos no Brasil. Com uma maior compreensão da sociedade civil sobre a importância do amparo das diversas deficiências e após o surto de poliomielite foram surgindo novas instituições de reabilitação. Em 1980 foi instituído o ano internacional da pessoa deficiente (AIPD), “Acredita-se que foi a partir daí que a sociedade passou a enxergar essas pessoas dando-lhe mais visibilidade” (Lisboa, 2020, p. 40).

É importante enfatizar a luta dos movimentos sociais na busca pelo reconhecimento dos direitos. Em 1988, com a outorga da Constituição Federal brasileira foram introduzidas políticas referente a deficiência e pela primeira vez foi usada a palavra pessoa para se referir aos deficientes. O reconhecimento desses direitos pela constituição só foi adquirido por meio de muita luta da população e dos movimentos sociais; surgem leis para regulamentar esses direitos, dentre eles: o respeito; a dignidade da pessoa humana; a liberdade; e o direito de ingresso na vida

social e no mercado de trabalho. Entretanto, embora as leis e normas tenham ajudado na integração social ainda há muito para evoluir na valorização da dignidade da pessoa humana.

3.2 Deficiência Visual

Para se conceituar deficiência visual é importante levar em conta o que diz a Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo Lisboa (2014 *apud* Silva; Gomes; Silva Júnior, 2018, p. 403), a OMS define: “deficiência como qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica,” e classifica a deficiência visual em níveis ou gradações, os quais são: deficiência leve, moderada, profunda, severa e perda total.

Conforme o decreto nº 3298-99 que define a deficiência nos seguintes termos:

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Brasil, 1999 *apud* Silva; Gomes; Silva Júnior, 2018, p. 403).

Em suma a deficiência visual se define de acordo com a limitação das ações e funções do sistema visual. A deficiência visual pode ocorrer no nascimento ou até os três anos, sendo definida como congênita e também pode ser causada por doença ou acidente.

De acordo com os conceitos apresentados aqui, podemos depreender que o termo deficiência visual se refere aquelas pessoas que veem nada ou que tem alguma percepção de luz e que conseguem distinguir claro, escuro além de delinear algumas formas. Dessa forma é importante dizer que para elas aprenderem a ler é necessário ter materiais adaptados ao seu grau de visão.

Em geral a leitura e escrita ocorrerá por meio do sistema braile para os que tem cegueira; já para aquelas que o resíduo visual permite a visualização das letras no tamanho ampliado, a leitura será na escrita convencional. Para isso deve-se aplicar um tamanho de fonte e letra que melhor adapte ao campo visual. As pessoas que tem baixa visão podem apresentar algumas dificuldades visuais para ver de longe, o que torna necessário aproximar bem para ver objetos e pessoas mesmo com o uso de

recursos ópticos (Silva; Magalhães, 2020). Também pode apresentar dificuldade na orientação e locomoção do espaço, dificuldade com a visão de cores, sensibilidade aos contrastes e dificuldade de adaptação a iluminação. Diante de tudo que foi falado aqui, é importante ressaltar que “o fato de que uma pessoa ter deficiência visual não acarreta dificuldades cognitivas, emocionais, ou de adaptação social” (Silva; Magalhães, 2020, p. 276).

3.3 Legislação

As inúmeras leis e decretos que tratam dos direitos das pessoas com deficiências vieram para eliminar o preconceito sofrido por esse grupo e trazer mais respeito. No Brasil a Constituição Federal Brasileira de 1988, trouxe em diversos artigos a garantia desses direitos; isso pode ser comprovado nos artigos: 3º inciso IV, 5º, 7º inciso 203 que traz a garantia a assistência social e 227 incisos I e II (Brasil, 1988).

Porém a constituição é vista como conservadora porque trata apenas da eliminação de barreiras em estruturas físicas. Depois veio a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência assinada em Nova York na sede da Organização das Nações Unidas (ONU); trata-se de um documento que reconhece o valor do indivíduo independente de sua funcionalidade. “A finalidade da convenção não foi apenas a de instituir novos direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, mas também a de “garantir que essas pessoas possam vir a desfrutá-los em igualdade de condições com todos os demais direitos” (Lisboa, 2016, p. 243 *apud* Silva; Gomes; Silva Júnior, 2018, p. 407).

A partir da adoção da convenção, mudou-se a terminologia para pessoas com deficiência e passou a ser obrigatório a sua adoção pelos países. Houve uma importante contribuição que foi a mudança de paradigma no mundo que deixou de ver a deficiência como doença para associá-la ao modelo social dos direitos humanos, “no qual a deficiência engloba as limitações funcionais do corpo humano e as barreiras impostas pelo ambiente ao indivíduo” (Silva; Gomes; Silva Júnior, 2018, p. 407). Assim essa convenção tornou-se um tratado internacional que veio para garantir o exercício e gozo dos seus direitos fundamentais.

Além destas leis aqui já mencionadas, temos algumas legislações infraconstitucionais como: a Lei nº 7.853/89, o Decreto nº 3.298/99, as Leis nº

10.048/2000 e nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 1989, 1999, 2000a, 200b, 2004). Todos foram editados para dar efeito ao dispositivo constitucional. Entretanto, existe atualmente uma lei muito importante para as pessoas com deficiência, que é a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência Lei nº 13.146 de 2015, conhecida como (LBI) ou estatuto da pessoa com deficiência. Em seu primeiro artigo a lei estabelece que é destinada a promover e assegurar o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência visando a sua inclusão social e cidadania. Em seguida no artigo segundo é informado que a lei tem como base a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência que foi ratificado pelo Brasil através do decreto nº 186, de 9 de julho de 2008 (Silva; Gomes, 2017). Traz ainda o conceito de pessoa com deficiência e as várias formas de garantir a acessibilidade a esse grupo.

Em relação ao deficiente visual, a LBI traz no inciso V do artigo III o conceito de comunicação que é a maneira de interação dessas pessoas; “o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, além de meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações” (Silva; Gomes, 2017). Nos demais artigos ela traz a garantia do uso de cão-guia e da existência de pelo menos 10% de computadores com recurso de acessibilidade em telecentros públicos e *lan-houses* para os deficientes visuais. Diante de tantos avanços e inovações, a LBI passou a ser um dos principais marcos legislativos do país.

4 BIBLIOTECA E O USUÁRIO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Foi realizada uma busca na base de dados BRAPCI a fim de encontrar outros trabalhos que abordassem a biblioteca e o usuário com deficiência visual. Escolheu-se uma única base dados, especializada em pesquisas da área de Ciência da Informação, pela limitação do tempo da pesquisa. A princípio buscou-se pelas seguintes palavras chaves: “leitura *and* deficiente *and* visual”. Nessa busca os resultados retornaram apenas um resultado. Ressalta-se a não delimitação de espaço temporal na expectativa de se encontrar o maior número de resultados. No entanto, a quantidade de trabalhos, como visto, foi pequena.

A princípio a estratégia de busca, relacionando a leitura e pessoa com deficiência, se deu, pois, o maior objetivo da biblioteca Braille é para com a formação

de pessoas leitoras. Então, o objetivo era de conhecer outras experiências nesse sentido.

O artigo encontrado foi “Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: garantindo ao deficiente visual acesso ao conhecimento” de autoria de Ana Fátima Berquó Carneiro Ferreira publicado em 2008. Percebe-se que o trabalho realizado pela Biblioteca Louis Braille, se assemelha ao realizado pela Biblioteca Braille de Goiânia, a qual combina tecnologias assistivas com outros serviços e produtos que buscam a independência do usuário com deficiência visual. Percebe, pela análise realizada, que a Biblioteca Louis Braille, contribui para práticas de leitura de pessoas com deficiência além de garantir autonomia e cidadania para esse público.

Outra busca foi realizada na base de dados BRAPCI. Dessa vez utilizando como palavras chave “deficiente *and* visual”. Nessa busca aberta foram encontrados 23 artigos (Quadro 1), incluindo o artigo de Ferreira (2008) citado anteriormente. Foram excluídos do Quadro 1 artigo repetido e da autora mencionada restando 22 textos.

Quadro 1 – Trabalhos encontrados BRAPCI

TÍTULO	AUTOR/ANO	ANO	PERIÓDICO
O deficiente visual e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	Rabello	1989	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG
Comunidade dos deficientes visuais da grande Florianópolis e do setor braile da biblioteca pública do Estado de SC	Ohira; Machado	1996	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual	Caran; Biolchini; Samara	1996	Revista Acervo (Arquivo Nacional)
Biblioteca Louis Braille: os olhos para aquele que não vê	Ferreira; Oliveira; Costa Pinto	2006	Arquivística.net
Desenvolvendo competências em informação para deficientes visuais: estudo de caso	Passos; Vieira	2008	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
A biblioteca da associação catarinense para integração do cego	Titão	2008	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
Desenvolvendo competências em informação para deficientes visuais: estudo de caso	Passos; Vieira	2008	Pesquisa Brasileira em Ciência da

TÍTULO	AUTOR/ANO	ANO	PERIÓDICO
			Informação e Biblioteconomia
O ir e vir dos deficientes visuais: barreiras arquitetônicas e acadêmicas na UFMT	Pinheiro; Silva; Rodrigues	2008	Inclusão Social
O deficiente visual e o acesso à memória coletiva do conhecimento dos primórdios a era digital: estudo de acessibilidades em fontes informacionais acadêmicas brasileiras	Passos; Ferreira	2009	ENANCIB
A relação deficiente visual e biblioteca universitária: a experiência do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual – CADV da Universidade Federal de Minas Gerais	Silva	2011	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
Profissionais de museu e o acesso ao deficiente visual: a ação cultural do projeto “Veja com as mãos”	Paula	2011	Revista EDICIC
As Tecnologias Assistivas e a Atuação do Bibliotecário como Intermediário entre as Fontes de Informação e o Deficiente Visual	Gonçalves	2012	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação
Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias	Fialho; Silva	2012	Perspectivas em Ciência da Informação
Biblioteca Pública inclusiva: adaptar para renovar	Sem autoria identificada	2013	CRB8 Digital
Fatores de acesso à informação para a promoção da saúde do deficiente visual: um mapeamento sistemático da literatura	Caran; Biolchini	2015a	ENANCIB
Suporte social informacional mediado por grupos no Facebook: um estudo de caso	Caran; Biolchini	2015b	ENANCIB
Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico	Caran; Biolchini	2016	ENANCIB
O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais	Araújo	2017	Revista Informação na Sociedade Contemporânea
Preservação de objetos acessíveis em bibliotecas digitais e os aspectos de vulnerabilidades	Santos; Araújo	2019	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
Mapeamento preliminar sobre a temática deficiente visual nas bases brapci e web of science	Melo	2020	Pecha Kucha – 7o EBBC

Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2024).

Conforme, Quadro 1, tratam-se de artigos publicados em revistas e eventos, na sua maioria do ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. Os textos foram publicados entre 1989 e 2020, mostrando pouca produção relacionando a deficiência visual com o acesso à informação seja na

biblioteca ou em outro espaço informacional.

Os trabalhos de Rabello (1989); Ohira; Machado (1996); Caran; Ferreira; Oliveira; Costa Pinto (2006); Titão (2008); Silva (2011); Fialho; Silva (2012); CRB8 Digital (2015) tratam da pessoa com deficiência visual enquanto usuária de bibliotecas, sejam elas de bibliotecas públicas/especializadas ou universitárias. Nesse aspecto, se assemelha ao trabalho realizado na Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo de Goiânia, por apresentar produtos e serviços também oferecidos pela instituição. Tais pesquisas, da mesma forma, demonstram preocupação e empenho na oferta de produtos e serviços adequados a pessoas com deficiência visual e apresentam tecnologias assistivas as quais facilitam o processo de leitura dos materiais bem como possibilitam maior autonomia ao usuário.

Apesar dos títulos dos artigos não focar a questão da leitura, os textos dos autores citados deixam evidente que um dos maiores objetivos é promover o acesso à leitura dessas pessoas. Porém temos o exemplo do artigo de Araújo (2017) acerca do livro acessível, tratando justamente da importância desse tipo de material facilitador do acesso à leitura.

Por fim o texto de Gonçalves (2012), que vai discutir a atuação do papel do bibliotecário no atendimento a pessoa com deficiência visual. Esse texto de Gonçalves deixa um questionamento a ser respondido em pesquisas futuras: será que os cursos de Biblioteconomia do Brasil preveem nos currículos componentes curriculares que preparem profissionais da área de biblioteconomia para lidarem com usuários com deficiência?

5 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este tópico se propõe apresentar a Biblioteca Braille, sua origem, estrutura e serviços oferecidos e também trazer o relato de experiência de uma bibliotecária com deficiência visual que atua na Biblioteca Braille, como profissional bibliotecária.

5.1 HISTÓRICO DA BIBLIOTECA BRAILLE

A Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo foi fundada em 1988 e registrada no antigo Instituto Nacional do Livro em 13 de setembro de 1989 na categoria especial. A biblioteca saiu da Associação dos Deficientes visuais e foi para um espaço no

Centro de Apoio ao Deficiente Visual, porém, devido a algumas dificuldades foi transferida para o Colégio Estadual Bernardo Saião e esteve lá por pouco tempo; mas haviam dificuldades em relação ao espaço e de acessibilidade. Por isso buscou um lugar de fácil acesso para os deficientes visuais e após várias tratativas optou-se pela Agepel. Depois de passar por esses lugares, a biblioteca se instalou no prédio da antiga Agepel, hoje secretaria estadual de cultura em 1992. O acervo da biblioteca foi formado através de uma doação da Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás à Biblioteca Pública Escritor Pío Vargas transformando-se em uma seção desta instituição. Em 14 de abril de 2000, conforme o Decreto 5216/00, transformou-se em uma unidade. A biblioteca é um símbolo da luta dos cegos pelo acesso à informação, de fundamental importância para os estudantes e de relevância sociocultural e educacional. Está situada na Praça Cívica, nº 2, no centro de Goiânia. Clientela: deficientes visuais da Grande Goiânia, do interior do Estado de Goiás e de outros estados das regiões Centro-Oeste e Norte, em sua maioria estudantes da 1ª fase a universidade.

O acervo é composto de obras didáticas, literárias e de assuntos gerais, tais como filosofia, psicologia, sociologia, direito, educação, religião e outros. Este acervo é composto de obras em Braille que é a maioria, livros em áudio e um acervo de livros digitais. Todo o acervo está disponível para empréstimo e a pesquisa pode ser feita em catálogos em Braille ou pelo computador. A biblioteca dispõe de um telecentro com computadores conectados à internet para que os usuários possam utilizar para realizar suas atividades.

Possui também uma impressora Braille para impressão de pequenos textos e um scanner para escaneamento de materiais. Os serviços oferecidos são: empréstimo, cursos de acordo com a demanda dos deficientes, visitas orientadas, orientação nos mais diversos assuntos, como por exemplo informação de concursos, auxílio no uso de aplicativos entre outros. A biblioteca também promove eventos como exibição de filmes com áudio descrição. No incentivo à leitura a biblioteca trabalha com a orientação dos usuários na escolha de títulos para leitura e também criou um clube de leitura que todo mês escolhe um livro para ser lido e discutido. Atualmente estamos buscando melhorar nossos serviços e trazer mais visibilidade para a biblioteca e procurando oferecer mais recursos de tecnologia assistiva aos nossos usuários.

5.2 VIVÊNCIAS NA BIBLIOTECA BRAILE JOSÉ ÁLVARES DE AZEVEDO

Me chamo Mariely, tenho 48 anos e sou pessoa com deficiência visual: cegueira total. Nasci com Glaucoma congênito, mas enxerguei normal por dez anos. Nesse período frequentei a escola normal e fui alfabetizada na escrita normal. Entretanto, não foi uma fase tranquila porque passei por várias cirurgias para controlar o problema e evitar que perdesse a visão. Por volta dos onze anos já tinha perdido toda a visão e precisava me adaptar à nova vida para continuar estudando. Nessa época as escolas tinham muita dificuldade em aceitar pessoas com deficiência visual, principalmente pessoas com cegueira total. Foi nessa altura que conheci uma escola de reabilitação: O Centro de Apoio ao Deficiente. A escola ficava na 9ª avenida no setor Leste Vila Nova. Foi lá que a minha vida mudou para sempre. Nessa escola fui alfabetizada na escrita Braille, aprendi matemática com a utilização do sorobã³ e fiz orientação mobilidade, ou seja, aprendi a andar sozinha com a utilização da bengala. Prossegui os meus estudos com muitas dificuldades pois nessa época não tinha livros didáticos em Braille. Nesse mesmo espaço conheci a biblioteca Braille e me tornei usuária. Conhecer a biblioteca Braille me ajudou a prosseguir os meus estudos e a continuar lendo os livros que gostava e que ainda gosto.

A leitura para mim é como um divertimento que me traz paz e conhecimento. Na década de 1990 passei no vestibular para dois cursos: Biblioteconomia na UFG e Secretariado Executivo Bilingue na UCG, hoje PUC. Escolhi o curso de biblioteconomia porque gostava muito de livros e do ambiente de uma biblioteca. Durante o curso na UFG passei por muitas dificuldades, pois não havia material em Braille; precisava de uma pessoa para ler os conteúdos para mim. No decorrer dos quatro anos do curso, quem lia os conteúdos para mim era minha mãe e as vezes ia em algumas aulas quando eram aulas práticas. Em 2001 me formei em biblioteconomia e em 2005 comecei a trabalhar na Biblioteca Braille como comissionada. Foi nesse espaço que pude colocar em prática tudo que tinha aprendido na universidade e adquirir mais conhecimento tanto na vida pessoal quanto na vida profissional.

³ Soroban é o nome do ábaco japonês. É uma ferramenta de cálculo matemático tradicional desenvolvida no Japão. Basicamente, o soroban consiste em uma moldura retangular de madeira e uma peça divisória horizontal fixa. A haste vertical da moldura de madeira é equipada com contas deslizantes. O ábaco japonês padrão utilizado atualmente tem 23 barras, cada uma com cinco bolas, uma acima da barra e quatro abaixo dela.

A biblioteca era pequena, porém muito frequentada pelos deficientes visuais. Ela oferecia além de os serviços de uma biblioteca convencional, apoio pedagógico aos estudantes e momentos de lazer. Lá aprendi a escrever na máquina Braille e a trabalhar no computador com recursos de acessibilidade. Foi na biblioteca que conheci o meu marido que é uma pessoa com deficiência visual, com cegueira total; hoje ele é pedagogo e trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Aparecida. Trabalhando na biblioteca fiz de tudo um pouco: passei pelo atendimento ao público, organizei livros nas estantes, etiquetei, cataloguei, classifiquei, fiz registros de livros, ajudei no planejamento de eventos etc.

Durante esse tempo trabalhei com a bibliotecária Maria Eunice Suares Barbosa que era a coordenadora da biblioteca. Maria Eunice é uma deficiente visual com baixa visão, formada em biblioteconomia pela UFG e coordenou a biblioteca por mais de 30 anos até se aposentar em 2021. A partir daí, a biblioteca vem sendo coordenada por Adelson Alves que também um deficiente visual com baixa visão. Todos os serviços da biblioteca eram voltados à atender as necessidades do usuário e esses serviços iam se adaptando as diversas fases e demandas da biblioteca. Aqui foram oferecidos serviços como: apoio pedagógico, serviço de leitor para usuário que era feito por voluntários, escaneamento de materiais além de os inúmeros eventos promovido pela biblioteca: concurso de leitura em Braille, aula de dança, sarau de poesia, sessão de cinema e clube de leitura. Estou como bibliotecária da unidade desde 2021 e durante esses últimos anos a biblioteca tem passado por dificuldades.

Os eventos foram poucos, porém o mais recente foi um curso do SEI promovido pela biblioteca em parceria com à Associação dos Deficientes visuais de Goiás para funcionários públicos com deficiência visual. O restante do tempo fico mais na parte administrativa dos serviços de uma biblioteca. Em suma estou tentando adequar as atividades da biblioteca com a realidade vivida pós pandemia. As dificuldades são muitas pois se trata de uma biblioteca estadual, porém aos poucos estou conseguindo alcançar a demanda dos usuários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou mostrar ao leitor a Biblioteca Braille de Goiânia. Apresentou um pouco do seu histórico, serviços oferecidos e a real atualidade vivida pela unidade. Abordou acerca da história da deficiência, sua luta por respeito e

dignidade, apontou as diversas terminologias utilizadas para se referir ao deficiente. Mostrou toda a problemática vivida por essas pessoas em relação ao preconceito que a sociedade impõe a este grupo, explicou o que é deficiência visual por meio de alguns conceitos e abordou a legislação referente a temática. Em relação a leitura apontou as práticas de leitura que a Biblioteca Braille utiliza para a formação de leitor e trouxe uma análise de outras unidades, a partir de um levantamento bibliográfico na base de dados BRAPSI, na qual pôde se observar as mesmas práticas usada no incentivo a leitura.

Pôde se perceber no decorrer do trabalho as necessidades desse público e, algumas das suas conquistas. As novas tecnologias surgiram e abriram um novo universo de descobertas e conhecimento para as pessoas com deficiência visual e isso também foi demonstrado durante a pesquisa. Por último veio o relato da usuária e bibliotecária da instituição que também é deficiente visual, percebendo através do seu relato as dificuldades enfrentadas por ela e as conquistas vivenciada dentro e fora da instituição, trazendo a ela mais autonomia, aceitação e cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. K. S. O livro acessível: um auxiliar no acesso à informação para deficientes visuais. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 1, n. na sociedade, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/66079>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BIBLIOTECA Pública inclusiva: adaptar para renovar. **CRB8 Digital**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10252>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei 7.853 de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica [...]. Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.

Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a [...] – Corde. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

CARAN, G. M.; BIOLCHINI, J. C. A.; SAMARA, E. M. Conceptual axes of the information access by visually impaired. **Revista Acervo (Arquivo Nacional)**, v. 9, n. 1-2, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/151703>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CARAN, G. M.; BIOLCHINI, J. C. A. Eixos conceituais do acesso à informação pelo deficiente visual: suportes cognitivo, social e tecnológico. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 12, v. 01, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/189740>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CARAN, G. M.; BIOLCHINI, J. C. A. Fatores de acesso à informação para a promoção da saúde do deficiente visual: um mapeamento sistemático da literatura. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 16, v. 01, 2015a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/188749>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CARAN, G. M.; BIOLCHINI, J. C. A. Suporte social informacional mediado por grupos no Facebook: um estudo de caso. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 16, v. 01, 2015b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/187396>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERREIRA, A. F. B. C. Biblioteca louis braille do instituto benjamin constant: assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento the library louis braille at the institute benjamin constant: make sure knowledge access to visual deficient p.282-290. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 13,

n. 1, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75989>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERREIRA, A. F. B. C.; OLIVEIRA, M. I. S.; PINTO, M. C. Biblioteca Louis Braille: os olhos para aquele que não vê. **Arquivística.net**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/49992>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FIALHO, J. F.; FIALHO, J. Information and knowledge accessible to the visually impaired at university libraries. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37823>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GOIÁS. **Decreto nº 5.216, de 14 de abril de 2000**. Aprova o regulamento da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL. Goiânia: Casa Civil, 2000. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/go/decreto-n-5216-2000-goias-aprova-o-regulamento-da-agencia-goiana-de-cultura-pedro-ludovico-teixeira-agepel>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GONCALVES, E. F. P. As Tecnologias Assistivas e a Atuação do Bibliotecário como Intermediário entre as Fontes de Informação e o Deficiente Visual. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/81259>. Acesso em: 28 jun. 2024.

LISBOA, Maria Fabiana de Lima Santos. A deficiência e o preconceito: uma visão histórica e atual sobre a pessoa com deficiência. **Cadernos da Fucamp**, [S. l.], v.19, n. 42, p. 35-47, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MELO, A. S. P. Mapeamento preliminar sobre a temática deficiente visual nas bases brapci e web of science. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, v. 7, v. 07, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/149044>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 26 jul. 2024.

NUNES, M. S. C. **Metodologia Universitária em 3 Tempo**. São Cristóvão, Se: Editora UFS, 2021.

OHIRA, M. L. B.; MACHADO, A.; OHIRA, M. L. B. Comunidade dos deficientes visuais da grande Florianópolis e o setor braille da biblioteca pública do Estado de SC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 1, n. 1, p. 75-95, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/225788>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PASSOS, J. R.; VIEIRA, R. Q. Desenvolvendo competências em informação para

deficientes visuais: estudo de caso. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 3, n. 2, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/237860>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PASSOS, J. R.; VIEIRA, R. Q. Desenvolvendo competências em informação para deficientes visuais: estudo de caso/developing information skills for visual deficiency: a case study p.276-281. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76585>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PASSOS, J. R.; FERREIRA, S. M. S. P. O deficiente visual e o acesso à memória coletiva do conhecimento dos primórdios a era digital: estudo de acessibilidades em fontes informacionais acadêmicas brasileiras. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, v. 10, v. 10, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/173139>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PAULA, T. R. F. Museum professionals and access to the visually impaired: the cultural action of the “See with your hands” project. **Revista EDICIC**, v. 1, n. 3, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/259017>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PINHEIRO, M. I. S.; SILVA, E. R. P.; RODRIGUES, L. R. Q. O ir e vir dos deficientes visuais: barreiras arquitetônicas e acadêmicas na UFMT. **Inclusão Social**, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/101105>. Acesso em: 28 jun. 2024.

RABELLO, O. C. P. O deficiente visual e a Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 18, n. 1, 1989. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70620>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SANTOS, C. G.; ARAÚJO, W. J. Preservação de objetos acessíveis em bibliotecas digitais e os aspectos de vulnerabilidades. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 14, n. 1, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/242785>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, C. G.; GOMES, W. C.; SILVA JÚNIOR, A. P. O direito à acessibilidade do deficiente visual à luz da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. **Percurso Acadêmico**, Belo Horizonte: v. 7, n. 14, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/16264>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, H. O. P. A relação deficiente visual e biblioteca universitária: a experiência do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual – CADV da Universidade Federal de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/61719>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, J. A.; MAGALHÃES, I. Tecnologias de informação / comunicação: agentes de letramento de estudantes com deficiência visual. **Cadernos de Linguagem e**

Sociedade, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 272-291, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/32507>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TITAO, F. P. A biblioteca da associação catarinense para integração do cego the library of santa catarina association for the blind integration p.291-296. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 13, n. 1, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/62376>. Acesso em: 28 jun. 2024.